



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

Aos 23 dias do mês de maio de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da ata n.º 117, de 16 de maio de 2018;*
 3. *Discussão e votação do Parecer sobre o P JL n.º 832/XIII/3.ª, PS, que «procede à 47.ª alteração ao Código Penal e regula as condições especiais para a prática de eutanásia não punível» e o P JL n.º 838/XIII/3.ª, PEV, que «define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível», - Autora: Deputada Ângela Guerra;*
 4. *Discussão e votação das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 54/XIII/3.ª do BE e 55/XIII/3.ª do PCP;*
 5. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 356/XIII/2.ª - «Solicitam a adoção de medidas quanto ao futuro do Hospital Dr. Francisco Zagalo, em Ovar» Relator Deputado António Topa;*
 6. *Fixação da redação final relativa ao Projeto de Lei n.º 565/XIII/2.ª (CDS-PP) - «Direito das pessoas doentes em fim de vida».*
 7. *Outros assuntos.*
- 12:00 - Audição do Diretor do SICAD, João Goulão, a requerimento do BE, sobre a «estratégia de redução de riscos e minimização dos danos», e a requerimento do PCP, sobre a «demissão do Coordenador da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) e dos Coordenadores técnicos dos Centros de Resposta Integrada (CRI) da região Norte».*

1. Informações

O Presidente informou que há reunião Plenária na data prevista para a realização do Simpósio sobre Oncologia, perguntando se o programa pode ser concentrado, a fim de o realizar durante uma manhã, ou se terá de ser adiado.

A Deputada Isabel Galriça Neto entende que não se pode condensar numa manhã o programa, porque tal comprometeria a sua qualidade e o tipo de contributos, sugerindo o seu adiamento, apesar das presenças dos convidados estarem confirmadas. O



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

Presidente propôs que o Simpósio sobre oncologia ocorra no dia 25 de setembro, o que mereceu a concordância de todos.

O Deputado Moisés Ferreira, coordenador do GT Canábis, informou que tem havido dificuldade em reunir o GT para se fazerem as votações indiciárias, sugerindo que sejam feitas em Comissão, o que ajudaria a resolver alguns problemas de consensualização de agenda. A proposta foi aceite por todos.

2. Apreciação e votação da ata n.º 117, de 16 de maio de 2018

O Presidente colocou à votação a ata n.º 117, de 16 de maio de 2018, que foi aprovada por unanimidade, com a ausência do PEV.

3. Discussão e votação do Parecer sobre o P.J.L n.º 832/XIII/3.ª, PS, que «procede à 47.ª alteração ao Código Penal e regula as condições especiais para a prática de eutanásia não punível» e o P.J.L n.º 838/XIII/3.ª, PEV, que «define o regime e as condições em que a morte medicamente assistida não é punível», - Autora: Deputada Ângela Guerra

A Deputada Ângela Guerra apresentou o parecer sobre os P.J.L n.ºs 832/XIII/3.ª, PS, e n.º 838/XIII/3.ª, PEV, referindo o seu objeto, conteúdo e motivação das iniciativas, que «têm como objeto a definição das condições de não punibilidade da antecipação de morte do ser humano, situação que a primeira das iniciativas qualifica no título como *eutanásia* e a segunda como *morte medicamente assistida*». Analisou o conteúdo e a motivação dos P.J.L' s das iniciativas, fez o enquadramento legal e constitucional e antecedentes, eximindo-se de manifestar a sua opinião nesta sede. Concluiu, referindo que as iniciativas reúnem os requisitos constitucionais e regimentais para serem discutidas em Plenário e que o parecer deve ser remetido à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que é a Comissão competente.

O Presidente cumprimentou a Deputada pelo parecer e a forma como o apresentou.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos cumprimentou a Deputada pelo parecer exaustivo que, no essencial, assinalou as diferenças entre os dois P.J.L, aguardando com expectativa a sua opinião. Realçou que foram assinaladas as divergências com especial cuidado, foram referidas as garantias do P.J.L do PS, que valorizam a autonomia individual e a atualização da vontade do doente, as soluções preconizadas, bem como os argumentos que sustentam a não punibilidade da eutanásia e refere onde pode ser



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

praticada a antecipação da morte assistida, desde que o médico orientador considere que o local dispõe de condições de conforto e segurança clínica.

A Deputada Ângela Guerra agradeceu as palavras.

Os considerandos e conclusões do parecer foram colocados à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, com a ausência do PEV.

4. Discussão e votação das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 54/XIII/3.ª do BE e 55/XIII/3.ª do PCP

Antes de se iniciarem as votações, o Deputado Cristóvão Simão Ribeiro anunciou que o PSD retira a sua proposta de alteração para o artigo 35º.

Procedeu-se à votação das propostas de alteração ao Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro, no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 54/XIII/3.ª do BE e 55/XIII/3.ª do PCP. O resultado da votação das propostas de alteração, bem como dos artigos preambulares, consta do Relatório de Votações, que se anexa.

Seguiram-se as declarações de voto por parte dos grupos parlamentares. O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro justificou a retirada da proposta do PSD, relativa ao artigo 35º, considerando que deve ser alargado o espetro da formação e não restringi-lo, preocupando-o apenas a qualidade da formação. Justificou deixar passar o pagamento da prova de seleção por uma questão de responsabilidade, embora seja contra esse pagamento, esperando que futuramente o Governo possa assegurar a sua gratuitidade. Disse que atenderam ao que foi pedido pela Comissão do Internato Médico e pela OM.

A Deputada Isabel Galriça Neto subscreve o que foi dito, entendendo que há interesse da parte dos visados em que se melhore o processo de candidaturas e de especialização e que estejam acautelados os interesses para quem não tem condições. É coerente com o que defende, já apresentou propostas noutra sede, defendendo que o internato e a especialização médica melhoram a qualidade do setor, mas não pode prejudicar os candidatos.

A Deputada Carla Cruz disse que o conjunto de propostas do PCP visava corrigir o regime de internato médico e lutar contra a indiferenciação dos médicos. Os artigos estruturantes, que pretendiam combater a existência de médicos indiferenciados, tiveram os votos favoráveis do PCP e as abstenções do PSD e do PS, sendo por isso rejeitados. Independentemente da condição económica dos candidatos, não deveria ocorrer



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

pagamento da prova, recordando que o representante da ANEM também é contra esse pagamento, como referiu na audição do dia anterior. Considera que se devia apostar na formação médica, e, ao não aprovar as propostas do PCP, perdeu-se uma oportunidade.

O Deputado Moisés Ferreira declarou que se continua a ter um mau Decreto-Lei, porque promove a indiferenciação dos médicos, e as propostas do BE retiravam várias barreiras de acesso, como a isenção de pagamento da prova. Os Deputados não podem ser chantageados, dizendo que se houver pagamento, há prova e que se não houver pagamento, não há. Tendo em conta o resultado das votações, tanto o PSD como o PS e o CDS-PP não podem clamar contra a indiferenciação dos médicos e contra o pagamento da prova.

O Deputado João Marques julga que globalmente o Decreto-Lei corresponde às necessidades e não promove a indiferenciação. Sublinhou que não existe capacidade formativa para todos os candidatos e que o sistema não comporta a formação para todos os candidatos. O modelo de prova tem mais de 40 anos, está desajustado das práticas de avaliação, e as várias entidades consideram que o novo modelo promove a qualidade da medicina.

5. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 356/XIII/2.ª - «Solicitam a adoção de medidas quanto ao futuro do Hospital Dr. Francisco Zagalo, em Ovar» Relator Deputado António Topa

O Deputado Relator apresentou o Relatório Final da Petição n.º 356/XIII/2.ª, dando conta do seu objeto, procedendo à sua análise, elencando as diligências efetuadas (pedido de informação ao Ministro da Saúde, que foi respondido, e a audição dos peticionários, incluindo ambas as informações no relatório), eximindo-se de dar a sua opinião e concluindo com o parecer de que este deverá ser enviado ao PAR para agendamento e aos peticionários e publicado no DAR.

Usaram da palavra os Deputados Rosa Albernaz, que felicitou o Relator pelo trabalho, referindo que acompanha o Relatório. Compreende e concorda com as pretensões dos peticionários do concelho de Ovar e o Governo acompanha a situação como referiu na sua informação. Sugeriu pequenas alterações e precisões ao documento, nomeadamente a referência à composição do GT que está a elaborar o estudo.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Relator e também concorda com a pretensão dos peticionários. O BE tem acompanhado a situação, defendendo que o



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

Hospital de Ovar necessita de investimento nas urgências e no bloco operatório e deve aumentar a resposta dos meios complementares de diagnóstico. Disse não concordar com a concentração defendida pela Unidade Local de Saúde. Propôs pequenas alterações ao documento, designadamente a referência à Resolução resultante da fusão dos Projetos de Resolução do PCP e do BE sobre a matéria.

A Deputada Isabel Galriça Neto felicitou o Deputado pelo Relatório. Tendo necessidade de se ausentar, tendo em conta compromissos inadiáveis, pediu que o Presidente apresentasse ao Dr. João Goulão as suas desculpas pela ausência.

A Deputada Carla Cruz informou que o Relatório traduz as pretensões dos subscritores da Petição, as quais estão na mesma linha das iniciativas que o PCP tem tomado. Igualmente acompanha o Relatório.

O Deputado António Topa agradeceu as palavras e disse aceitar as propostas de alteração sugeridas.

O Relatório Final foi votado com estas alterações, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

6. Fixação da redação final relativa ao Projeto de Lei n.º 565/XIII/2.ª (CDS-PP) - «Direito das pessoas doentes em fim de vida»

A Deputada Isabel Galriça Neto disse nada ter a opor à proposta de fusão apresentada pela DAPLEN, fixando-se assim a redação final, sem oposição por parte de nenhum Grupo Parlamentar.

7. Outros assuntos

A Deputada Carla Cruz solicitou que fosse agilizado o início dos trabalhos do Grupo de Trabalho criado para discutir o PJI n.º 766 XIII (3.ª) sobre o recrutamento dos Médicos Internos.

O Presidente recordou a figura do Dr. António Duarte Arnaut, reconhecendo todo o trabalho que foi desenvolvendo, nomeadamente como Deputado da Assembleia Constituinte e pela sua ligação à saúde, e é, como Presidente da Comissão de Saúde, que deixa uma nota de reconhecimento pelo seu trabalho em prol da saúde.

A Deputada Elza Pais agradeceu, em nome do PS, as palavras do Presidente da Comissão. Considera que António Arnaut, é uma referência nacional, cujo reconhecimento público foi bem evidenciado pelo Presidente da República e pelo



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

Primeiro-Ministro. Reconhece que foi um homem que muito fez pela promoção da saúde e que esse trabalho não está finalizado, mas deve ser cumprido o seu legado.

12:00 - Audição do Diretor do SICAD, João Goulão, a requerimento do BE, sobre a «estratégia de redução de riscos e minimização dos danos», e a requerimento do PCP, sobre a «demissão do Coordenador da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (DICAD) e dos Coordenadores técnicos dos Centros de Resposta Integrada (CRI) da região Norte».

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o requerimento que pretende esclarecimentos sobre a política de redução de riscos e minimização de danos (RRMD), porque continua a haver dificuldades no terreno para quem pretende executar essas políticas, entendendo que *«a política proibicionista não pode ser considerada uma solução para o problema»*. Apontou o que ainda está por fazer, fundamentalmente a introdução de políticas de redução de riscos nas prisões e o maior envolvimento das organizações da sociedade civil e que, segundo um estudo da APDES, as políticas de austeridade conduziram a um desinvestimento e cujos projetos são financiados somente em 80%. Colocou questões sobre a realidade nacional e como a recuperar, argumentando que dadas as dificuldades, o aclamado modelo português está em risco.

Recordou que para esclarecer cabalmente esta matéria ainda falta a audição com o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

A Deputada Carla Cruz apresentou o requerimento que se prende com a demissão do Coordenador do DICAD e dos CRIS da região Norte, justificados essencialmente pela ingovernabilidade instalada desde que foi extinto o IDT e que *«tem consequências graves no funcionamento dos serviços, no acompanhamento dos utentes e na motivação dos profissionais»*. Na altura, o PCP alertou para as consequências dessa extinção e passados cinco anos verifica-se essa incapacidade, que a Declaração de Aveiro veio mostrar. No OE para 2017 foi inscrita uma norma que prevê encetar diligências para criar uma entidade com autonomia administrativa e financeira que coordene, planeie, investigue e intervenha no combate à toxicodependência, ao alcoolismo e a outras dependências, integrando as várias vertentes. Nos vários centros é generalizada a falta de profissionais em todas as áreas, aumentando os tempos de espera e correndo-se o risco de fecharem comunidades terapêuticas. O grupo de trabalho criado para cumprir a norma orçamental publicou um relatório que não apresenta conclusões, mas o Governo



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

tem todos os instrumentos para tomar uma decisão que melhor responda aos problemas, indo confrontar o Secretário de Estado na audição porque a resposta pública não pode pactuar mais com adiamentos.

O Deputado Cristóvão Simão Ribeiro entende que as boas decisões são aquelas que são articuladas com os agentes que estão no terreno. Com base no conhecimento que o responsável do SICAD tem do terreno, designadamente a falta de meios técnicos, financeiros ou de materiais, perguntou se há razão para preocupação e qual é a urgência em colocar esses meios. Garantiu que o PSD não fecha a porta a uma reavaliação das alterações orgânicas necessárias, enfatizando que sempre farão parte da solução, até porque é uma matéria onde não deve haver guerrilha política. Assim, julga que o Governo e os partidos que o apoiam poderão fazer a alteração dessas regras e retomar o modelo anterior, se for esse o entendimento.

A Deputada Elza Pais pensa que um modelo que funcionava bem, não deveria ter sido desmantelado, acentuando que a situação não é mais grave devido ao desempenho dos profissionais, embora alguns tenham tomado outras opções. Frisou que tomou boa nota do compromisso do PSD. A aprovação das resoluções do PCP, BE e PAN e a norma inscrita no OE 2017 vão no sentido de avaliar as consequências das políticas atuais, acrescentando que o Governo tem estado a trabalhar nessa área, ao criar um grupo de trabalho para estudar o assunto. No seu entender não se pode repor de qualquer maneira, perguntando se deve ser um retorno vertical ou se deve ter alguma integração com as ARS, admitindo que é necessário ponderar antes de decidir. Desacelerar o programa vida-emprego foi um erro em termos de políticas de reinserção e falharam as articulações com as ARS' s. Por fim, disse lamentar não se estar a acompanhar o que está a ser feito no mundo nesta área.

O Dr. João Goulão, Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e Diretor-Geral do SICAD, que veio acompanhado pelo Dr. Manuel Cardoso, Subdiretor-Geral do SICAD, agradeceu as questões, salientando que o modelo já não tem os níveis de eficácia, que já teve, contando que mais de 40 profissionais saíram do SICAD desde a sua criação. O que conhece do terreno é-lhe transmitido pelos profissionais e a falta de pessoal não agiliza as respostas de proximidade. Quem se dedicou a estas áreas durante mais de 20 anos não encontra atualmente qualquer atratividade, está desmotivado e procura outras áreas. É favorável a que haja uma entidade que pense as políticas e as aplique no terreno

COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

diretamente, que afrente os problemas e afine pontaria para o futuro, o que o atual modelo não permite. Partilha das dificuldades referidas pelos grupos de profissionais, designadamente do Grupo de Aveiro, que tem mais de 600 profissionais, e cujos apelos à mudança, que já vêm desde 2016, têm tido pouco eco. Não sabe o que entrava a tomada de decisão, mas a crise não pode ser responsabilizada por tudo. O modelo português era reconhecido internacionalmente e agora quando se refere a ele, está a mostrar uma coisa que já não existe, o que é cada vez mais penoso. É fundamental que a RRMD sejam retomadas, especialmente ao nível da prevenção e da discriminação positiva para o emprego, embora tenha havido objeções por parte de algumas ONG' que defendem o desenvolvimento desses projetos em programas. Em seu entender não de devem eternizar programas, devem ter um horizonte temporal e ser comparticipados a 100%.

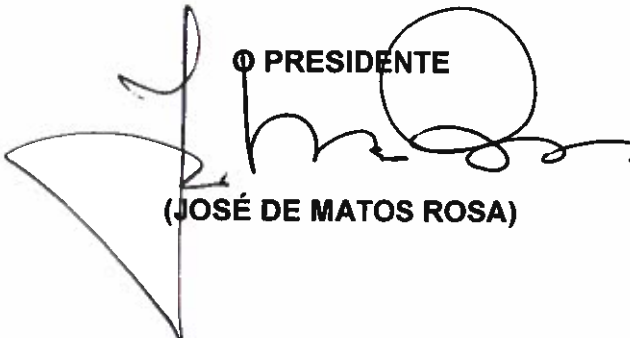
Na 2.ª ronda pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, Elza Pais, Moisés Ferreira e Carla Cruz, que foram prestados pelo Presidente do SICAD e complementados pelo Dr. Manuel Cardoso.

O Dr. João Goulão agradeceu reconhecidamente os comentários e pediu que o Vice-Presidente do SICAD resumisse a proposta entregue ao Governo, que assinalou que o modelo português se baseia numa estratégia de intervenção integrada, pelo que não há ninguém melhor para identificar as necessidades do que quem está no terreno. Deve haver uma entidade única que defina os objetivos, que depois faça a gestão do plano nacional.

O Presidente agradeceu os esclarecimentos, frisando que o Dr. João Goulão tem na Comissão uma porta aberta para debater estas questões.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida aqui, [parte I](#) e [parte II](#).

Palácio de São Bento, 23 maio 2018.


O PRESIDENTE
(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 118/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
João Marques
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Vales
Maria Antónia de Almeida Santos
Miguel Santos
Moisés Ferreira
António Topa
Elza Pais

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Marcelino
Eurídice Pereira
José Luís Ferreira
Luís Soares
Marisabel Moutela
Teresa Caeiro

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar o Senhor Deputado:

Ricardo Baptista Leite

